

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI N. 2.970, DE 6 DE ABRIL DE 1955

Dispõe sobre a estabilidade do pessoal extranumerário do Estado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu, André Franco Montoro, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os extranumerários mensalistas e diaristas do Estado e das autarquias, que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Artigo 2.º — Dentro de 30 (trinta) dias, contados da vigência da presente lei, serão, obrigatoriamente, apostilados os títulos dos servidores beneficiados pelo disposto no artigo anterior e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de abril de 1955.

ANDRÉ FRANCO MONTORO
Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de abril de 1955.
Oswaldo P. da Fonseca
Diretor Geral

17.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 6 DE ABRIL DE 1955.

PRESIDÊNCIA do Sr.: Franco Montoro.

SECRETÁRIOS, Srs.: Mendonça Falcão e Rocha Mendes Filho.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a Sessão.

— Abre-se a Sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Franco Montoro — Pinheiro Júnior — Ariel Tommasini — Bento Dias Gonzaga — Cantídio Sampaio — Carlos Kherlakian — Cid Franco — Dante Perri — Derville Allegretti — Domingos Lot Neto — Francisco Franco — Fioravante Zampol — Silveira Bueno — Guilherme Gomes — Hilário Torloni — Almeida Pinto — Baptista Neves — Mendonça Falcão — Juvenal Rodrigues de Moraes — Leônicio Ferraz Júnior — Marcondes Filho — Figueiredo Ferraz — Maurício dos Santos — Oswaldo Massei — Castro Viana — Ralph Zumbano — Ubirajara Keutenedjian — Vicente Botta — Wilson Rahal e Pedro Fanganillo, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Bueno de Assis — Condeias Filho — Alfredo Farhat — Nunes Ferreira — Narciso Pieroni — Anísio Moreira — Farabulini Júnior — Antônio Mastrocola — Amaral Furlan — Athié Jorge Coury — Bady Bassitt — Padre Caslasans — Benedito Rocha — Camilo Ashcar — Cassio Ciampolini — Arruda Castanho — Cyro Albuquerque — Emílio Guerra — Francisco Lopes — Geraldo de Barros — Germinal Feijó — Homero Silva — Salgado Sobrinho — Paes de Barros Netto — Cruz Secco — Blota Júnior — Diogo Bastos — Ferreira Keffer — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Lauro Pozzi — Leônidas Camarinha — Luciano Nogueira Filho — Luiz Roberto Vindigal — Marcio Porto — Conceição Santamaria — Miguel Petrilli — Osny Silveira — Oswaldo Junqueira — Abreu Sodré — Ruy de Almeida Barbosa — Paula Lima — Victor Maida — Araripe Serpa e Gabriel Quadros.

No decorrer da Sessão compareceram mais os seguintes Srs. deputados: Bueno de Assis — Alfredo Farhat — Nunes Ferreira — Narciso Pieroni — Farabulini Júnior — Antônio Mastrocola — Athié Jorge Coury — Benedito Rocha — Camilo Ashcar — Cassio Ciampolini — Arruda Castanho — Cyro Albuquerque — Emílio Guerra — Francisco Lopes — Geraldo de Barros — Germinal Feijó — Homero Silva — Salgado Sobrinho — Paes de Barros Netto — Cruz Secco — Blota Júnior — Diogo Bastos — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Marcio Porto — Miguel Petrilli — Osny Silveira — Oswaldo Junqueira — Abreu Sodré — Ruy de Almeida Barbosa — Paula Lima — Victor Maida — Araripe Serpa e Gabriel Quadros.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é posta em discussão sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O Sr. 1.º Secretário dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 197, DE 1955

Sr. Presidente

Estamos realmente numa nova era de governo, da moralidade e decência e nesse sentido queremos colaborar com o digno Chefe do Executivo.

Recebi dos Srs. Danto Benício Moreira Mello e Orfeu Furquim de Campos e outros, uma das mais graves denúncias, com farta documentação, sobre irregularidades praticadas — ou ainda praticam — no D. E. R., região de Bauru, pelos Engenheiros Luiz José Guimarães Barros, Italo Morelli, Antonio Augusto Vianna e Miguel Burnier.

Visto o exposto, e considerando que alguns deles ainda se encontram na direção daquela Regional — o que é de estranhar, — requiero que os originais dos documentos anexos sejam enviados ao Sr. Governador, com a máxima urgência, para que S. Exa. tome as providências que o caso requer.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1955

(a) Geraldo Silveira Bueno

REQUERIMENTO N. 198, DE 1955

Senhor Presidente

Requero urgentes providências junto ao Sr. Governador do Estado, para que mande pagar os salários em atraso do pessoal da Repartição de Águas e Esgotos, que há dois meses, não vem recebendo seus salários. Desnecessário se torna dizer que tal atraso vem acarretar sérios gravames a econômica desses servidores.

Sala das Sessões, 25 de março de 1955

(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 199, DE 1955

Em face dos termos da concessão da exploração hidro-elétrica de Barra do Pirai, na qual foi incluída a construção de quatro (4) barragens no trecho superior do rio Paraíba, entre os rios Paraitinga e Paraituba, defendidos ao mesmo tempo os interesses das populações ribeirinhas com a vazão mínima de 40 metros cúbicos de água por segundo, protestamos contra as autoridades que, por culpa ou dolo, vêm prejudicando a solução do problema da energia elétrica no Estado de São Paulo.

Denunciamos ainda, as medidas protelatórias do Departamento de Águas e Energias e as discussões na Câmara Federal, onde o Estado de São Paulo ficou representado apenas por um elemento, numa comissão de cinco.

Requeremos, o envio de cópias deste trabalho à Câmara Federal, ao Departamento de Águas do Estado e ao Departamento de Águas e Energias do Ministério da Agricultura, como subsídio às investigações que serão procedidas.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1955.

(a) Ubirajara Keutenedjian

REQUERIMENTO N. 200, DE 1955

Requero sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1.ª — Na presente situação de dispensa de funcionários extranumerários, adotou a Comissão de Produção Agropecuária os índices de antiguidade, eficiência e encargos de família? Pedem-se esclarecimentos minuciosos sobre o critério adotado.

2.ª — Na relação de funcionários aproveitados, publicada no "Diário Oficial" de 31 do mês findo, constam os nomes de duas funcionárias que não exercem função naquela comissão. Estando lotadas no gabinete do sr. Secretário da Agricultura, como se explicita que venham recebendo por fundos da Carteira de Seguro contra o Granizo para a Lavoura Algodoeira?

3.ª — Por que, no "Diário Oficial" do mesmo dia, constou uma gratificação de representação, na importância de três mil cruzeiros, a uma cunhada do atual Secretário da Agricultura, quando a mesma funcionária já recebe a diferença que existe entre os vencimentos do seu cargo efetivo e os vencimentos de outro cargo, de caráter precário, criado na Comissão de Produção Agropecuária?

4.ª — Tem a Comissão preenchido as finalidades para que foi criada? Em caso afirmativo, pedem-se esclarecimentos sobre as suas realizações, com dados numéricos.

5.ª — A imprensa noticiou que o Conselho Consultivo da Comissão de Produção Agropecuária se reuniu há poucos dias, pela primeira vez, quando a criação desse órgão data de 1948. Quais as causas da flagrante irregularidade?

6.ª — É exato que as obras do Entrepósito de Pesca de Ubatuba foram custeadas com fundos da Carteira de Seguro contra o Granizo? Em caso afirmativo, não foi desrespeitada a Constituição do Estado de São Paulo? (Dispõe o parágrafo único do artigo 68 da Constituição: "Nenhuma taxa poderá ser aplicada em despesas estranhas aos serviços para as quais foi criada").

7.ª — No caso de respostas afirmativas ao item anterior, pretende o Governo promover a apuração de responsabilidades funcionais?

8.ª — Ainda com relação ao item n. 6, qual o pronunciamento da Secretaria da Fazenda?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1955.

(a) Cid Franco

REQUERIMENTO N. 201, DE 1955

Requero do Senhor Governador informar:

1) Qual a província que tomou S. Exa. em face da denúncia publicada na "A HORA", em sua edição de hoje — 11. 4 — segundo a qual foi cassado o alvará, de funcionamento do alto-falante do "Clube da Criança Osasquense", no distrito de Osasco, por perseguições políticas?

2) Sabe o Chefe do Executivo, que o referido alto-falante transmite programa de diversão e educação para as crianças locais, em horas permitidas, notadamente aos domingos e feriados?

3) Qual a razão que a proibição imposta não atingiu a outros alto-falantes instalados em Clubes sediados no mesmo distrito?

Sala das Sessões, 6 de abril de 1955.

(a) Derville Allegretti

REQUERIMENTO N. 202, DE 1955

Requero do Chefe do Executivo as seguintes informações:

1) Em face do descontentamento geral entre os produtores de algodão, oriundo da escassez da produção e a baixa dos preços, tomou o Senhor Governador providências junto ao Presidente da República, imediatamente transferido o algodão em pluma da 2.ª para a 4.ª categoria dos produtos exportáveis?

2) Por ventura o Chefe do Executivo ignora que a malvãcia é uma das principais fontes de riqueza do nosso Estado, não podendo, por isso, permanecer S. Exa. indiferente aos sérios problemas criados pelo governo da República, em relação a esse produto?

Sala das Sessões, 6 de abril de 1955.

(a) Derville Allegretti

REQUERIMENTO N. 203, DE 1955

Considerando que a Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco do Estado de São Paulo S.A., realizada a 20 de fevereiro de 1953, elevou o capital do Banco de Cr\$ 100.000.000,00 para Cr\$ 500.000.000,00;

considerando que tal resolução foi motivada pela grande expansão de desconto concedido pela Carteira Especializada do Banco do Brasil;

considerando que os acionistas particulares que possuem apenas 7% de ações já depositaram em conta especial daquele Banco o aumento de capital autorizado;

considerando que a Fazenda do Estado é detentora de

93% das ações relativas ao capital social; considerando que o Executivo já enviou a esta Assembléia mensagem solicitando a abertura de crédito especial para subscrever o aumento do capital a que tem direito;

considerando que esta Assembléia já aprovou dita mensagem,

Requer

a) Informe o Executivo porque razão ainda não foi ultimado pela Fazenda do Estado o aumento do capital do "Banco do Estado de São Paulo S.A."

Sala das Sessões, 6 de abril de 1955.

a) Manuel de Figueiredo Ferraz

REQUERIMENTO N. 204, DE 1955

Através reportagem publicada na "Folha da Tarde" de hoje, tomamos conhecimento de fato gravíssimo que vem ocorrendo no setor do ensino em nossa capital.

O Grupo Escolar Comendador Mario Reis, na Parada 15 de Novembro, subúrbio da Estrada de Ferro Central do Brasil, está instalado em um imóvel impróprio para uma casa de ensino. Os 400 alunos, com idade variando entre 7 e 15 anos, estão distribuídos em nove classes, funcionando em três períodos. As salas de aula, em número de três são diminutas, abafadas, húmidas, com pouca iluminação. Numa delas, com cerca de 16 metros quadrados estudam, em um período, 43 crianças. Nesta sala as professoras, para locomover-se precisam ficar de pé encostadas as paredes, e fazer verdadeira ginástica.

Só esse fato — se as autoridades escolares levassem a sério o problema — serviria de motivo para o fechamento da escola, pois, conforme determina a legislação do ensino primário, uma classe de 45 alunos deve medir cerca de 48 metros quadrados.

Apenas dois gabinetes sanitários existem no estabelecimento, para atender as 400 crianças e as professoras. A água é tirada de um poço, localizado a poucos metros das instalações sanitárias.

É esse o relato que nos oferece a reportagem acima citada, com a agravante de enquanto isso se verifica na casinhola em que funciona o Grupo Escolar Comendador Mario Reis, a 80 metros do local existe um belo edifício, construído para substituí-lo, completamente abandonado desde o ano passado. Sua construção atingiu a casa dos 15 milhões de cruzeiros. Este prédio, edificado pelo Convênio Escolar, é dotado de seis amplas salas de aulas, gabinete médico-dentário, biblioteca, instalações para os serviços de administração, auditório com palco e grande recreio. Até as carteiras e os quadros negros que tem constituído sérios problemas para o Convênio Escolar, lá estão empilhados. Todavia, ainda estão faltando as mesas, os armários e as cadeiras.

A justificativa dada pelo não funcionamento do novo edifício é a falta de luz e de água. Tal falta poderia ser facilmente sanada com o fornecimento de luz por uma particular das imediações, o que já foi oferecido, e a água poderia ser transportada ao local por carros tanque da Prefeitura.

Verifica-se, pois, que por incuria e descaso da administração pública, mais de 400 crianças são obrigadas a receber suas aulas em local impróprio, quando existe já pronto, novo edifício para esse fim construído.

Requeremos, pois, a Mesa seja oficiado ao Sr. Governador do Estado para que S. Exa. tome as providências junto a Secretaria da Educação a fim de que através do convênio escolar entre o Estado e o Município, seja o prédio construído para a instalação do Grupo Escolar Comendador Reis, na Parada 15 de Novembro, subúrbio da Estrada de Ferro Central do Brasil entregue aos seus alunos, que atualmente são obrigados a frequentar prédio impróprio para tal fim.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1955.

a) Carlos Kherlakian

REQUERIMENTO N. 205, DE 1955

Senhor Presidente

Requero à Mesa que encaminhe ao Senhor Governador do Estado os documentos que exibi desta Tribuna, para que S. Exa. tome as providências que julgar cabíveis a fim de se apurar a responsabilidade do funcionário acusado de aplicar-lhe as sanções legais.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1955.

a) Juvenal Rodrigues de Moraes

Em anexo: cópias fotostáticas dos processos ns. 59.479-45, 58.834-45, 59.478-45, 59.480-45, 58.848-45, 58.424-45, 58.853-45, 58.408-45, 58.790-45, 58.425-45.

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO N. 314 DE 1955

Indico ao Executivo a conveniência de entrar em entendimentos com o ministro da Viação no sentido de ser instalada uma agência ou mesmo um posto postal no distrito de Santa America, município de Getulina.

JUSTIFICATIVA

O distrito de Santa America é um dos mais pujantes do interior paulista.

Subdividido em inúmeras propriedades agrícolas, necessita para maior conforto de seus numerosos habitantes, a solução imediata da indicação presente.